

1 Ata da 3ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos
2 Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba – CBHPN3 realizada aos 04 dias do
3 mês de dezembro do ano de 2018, às 09h07min na sala de reuniões da
4 AMVAP – Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba,
5 situada na Av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende, 3.180 – Distrito Industrial,
6 Uberlândia/MG, com a instalação do quórum exigido no Regimento Interno do
7 CBHPN3. Estiveram presentes os seguintes conselheiros titulares: Jean
8 Fabrício Pavão Ramalho (PMMG); Guilherme de Oliveira Bueno (IEF); José
9 Maria de Castro Júnior (SEMAD); Vilma Santos Guedes (SEDA); Ademar
10 Franco Guimarães (EMATER); Elaine Aparecida Santos Oliveira (P.M.
11 Araporã); Sandro Domingues Parreira (P.M. Monte Alegre de Minas); Maria
12 Clara Machado Alessi Ferreira (PM Uberlândia); Maria Martins Pedrosa
13 (AMVAP); Fabianna dos Santos Müller (SA Usina Coruripe); Thiago Alves do
14 Nascimento (FIEMG); Dênio Drummond Procópio (CEMIG); Carlos Humberto
15 Franco Machado (SAE/Ituiutaba); Anamaria Moya Rodrigues (Hidrosal);
16 Gustavo Bernardino Malacco da Silva (ANGÁ); Leila Ferreira de Rezende
17 (AMEDI); Roberto Parente Correia (ARPA/SV); Marisa Malfer de Moraes (OAB
18 44ª Subseção); Antônio Giacomini Ribeiro (ABES); Omar Felipe de Lelis
19 (CREA); e os conselheiros suplentes: Fernando de Oliveira Franco (EPAMIG);
20 Deyvid Wavel Barreto Rosa (IGAM); Otalino Rodrigues Filho (SES); Eduardo
21 Siquieroli (PCMG); André Luiz Borges (PM Araporã); Sandoval Teodoro
22 (Sindicato Rural de Santa Vitória); Edite Queiroz Santos Silva (SAE/Ituiutaba).
23 O presidente Gustavo iniciou a reunião cumprimentando a todos e passou os
24 informes sobre reuniões que ocorreram. Informou da reunião do Comitê do
25 Paranaíba que tem assuntos em comum com o CBHPN3 e do Fórum Mineiro
26 de Comitês de Bacias Hidrográficas (FMCBH). Falou que na reunião do
27 FMCBH a empresa Nova Cambuquira do Sul de Minas será a Secretaria
28 Executiva dos comitês de bacias que ainda não tem cobrança pelo uso da água
29 e que foi contemplada através do Edital de Chamamento Público para
30 recebimento de propostas de Organizações da Sociedade Civil - OSC, visando
31 celebração de Termo de Colaboração para estruturação, operacionalização e
32 manutenção das atividades dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de
33 Minas Gerais. Informou que o conselheiro Guilherme participou da reunião do
34 FMCBH e que daria maiores detalhes. Agradeceu ao Deyvid Wavel pela
35 presença, destacando a importância da apresentação que o mesmo faria
36 conforme o item 3 da pauta que abrange o tema Instrumentos Econômicos de
37 Gestão do Sistema Estadual de Recursos Hídricos. Gustavo disse que os
38 conselheiros poderiam transmitir mais informes na abertura da reunião.
39 Ninguém se manifestou e a secretária Elaine leu os assuntos de pauta.
40 Gustavo pediu para que a secretária informasse sobre o expediente. A
41 conselheira Leila pediu para que os novos conselheiros fossem apresentados.
42 O pedido foi considerado e Gustavo disse que a apresentação seria feita no
43 relato dos ofícios de substituição recebidos. Elaine informou que o ofício
44 recebido da SUPRAM sobre a abertura de consulta pública ao Plano Ambiental
45 de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial – PACUERA – do
46 empreendimento da Piedade Usina Geradora de Energia S/A – Fazenda Boa
47 Vista do Pântano foi encaminhado via e-mail a todos (as) conselheiros (as).
48 Gustavo informou que o prazo para consulta e manifestação seria de 30 dias
49 corridos, contados a partir do dia 14 de novembro de 2018. Salientou que o
50 ofício foi recebido após fechamento da pauta e que não fosse por isso,

51 poderiam ter convidado a Usina para apresentar o Plano Pacuera e que o
52 comitê poderia convidar a Usina para uma próxima reunião. Elaine leu os
53 ofícios de substituição dos conselheiros e cada conselheiro se apresentou. Os
54 ofícios são da Prefeitura Municipal de Santa Vitória que substituiu o suplente
55 João Batista de Medeiros pelo senhor Maurício Martins Lorena Filho; da SEDA
56 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário que substituiu o titular
57 Sebastião Marques Calixto pela senhora Vilma Santos Guedes; da Prefeitura
58 Municipal de Araporã que substituiu o suplente Luiz Carlos Guerino pelo senhor
59 André Luiz Borges, e o e-mail do IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das
60 Águas informando sobre o ofício IGAM/GECBH n° 71/2018 substituindo a
61 suplente Jeane Sabrina Maia pelo senhor Deyvid Wavel Barreto Rosa. Gustavo
62 informou sobre a Moção n°02/2018 do Comitê das Bacias Hidrográficas dos
63 Rios Corumbá e Veríssimo e da porção goiana do Rio São Marcos que o
64 comitê recebeu e disse que todos (as) os (as) conselheiros (as) irão receber a
65 moção por e-mail. Elaine parabenizou a conselheira Leila por ter sido indicada
66 como representante suplente do CBHPN3 na composição do Conselho
67 Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre Estadual dos Rios Tijuco e da Prata.
68 Giacomini disse que participou da reunião do Comitê do Paranaíba onde um
69 dos assuntos de pauta foi o apoio aos comitês afluentes, pois o Comitê Federal
70 começou com a cobrança pelo uso da água e possui um recurso disponível,
71 porém no ano de 2018 esse recurso não foi totalmente efetivado. Informou
72 ainda que na reunião ficou determinado que do total arrecadado da cobrança
73 pelo uso da água 60% ficará com o Estado e 40% retornará aos comitês. Disse
74 que o Comitê Federal criou uma Câmara Técnica de Integração na qual há
75 representação dos comitês afluentes. Comentou da dificuldade de integração
76 dos comitês da Bacia do Rio Paranaíba, PN1, PN2 e PN3 em razão das
77 diferenças, tais como diferença estrutural e histórica. Salientou que o CBH
78 Araguari está bem à frente do CBHPN3 por possuir recurso próprio advindo da
79 cobrança. Falou ainda que o IGAM conseguiu que o comitê tivesse um
80 colaborador terceirizado que é contratado pelo Estado e cedido ao comitê para
81 dar suporte ao administrativo. Destacou que ainda faltam recursos para outras
82 atividades, entre elas a comunicação e o espaço para reuniões. Informou que o
83 Guilherme que participou do FMCBH informará sobre esse assunto. Informou
84 ainda que o Tribunal de Contas da União não aprovou que a ANA – Agência
85 Nacional de Águas repasse o recurso para os comitês e explicou o motivo.
86 Disse que parte do recurso que está retido, aproximadamente R\$ 700.000,00
87 será repassada para a porção mineira da bacia com objetivo de ser usada em
88 financiamento de projetos de demanda espontânea e que a CTI está discutindo
89 os critérios desses projetos, porém, juntamente com o CBHPN1, vão pleitear
90 ao CBH Araguari a cessão da parte deles já que eles possuem capital em caixa
91 e que esses critérios serão encaminhados à CTPI – Câmara Técnica de
92 Planejamento Institucional, a qual faz a gestão do Comitê Federal, e,
93 posteriormente, levados à Plenária. Elaine perguntou ao Giacomini se ele
94 poderia passar informações aos conselheiros presentes sobre a situação
95 financeira do CBHPN3, pois tinham conselheiros novos na plenária. Giacomini
96 disse que o comitê não é pessoa jurídica e que não tem dinheiro em caixa.
97 Gustavo disse que havia uma situação nova quanto à estruturação para o
98 funcionamento do comitê, a qual o Guilherme iria falar sobre isso à plenária e
99 que a contratação de um auxiliar administrativo pelo IGAM com recurso do
100 FHIDRO e um comodato de espaço por parte da AMVAP é o que atualmente o

101 CBHPN3 tem. Gustavo salientou que reunirão com a instituição que foi
102 contemplada para realizar a estruturação física e operacional dos comitês com
103 o objetivo de analisarem a possibilidade de um repasse à AMVAP para o
104 custeio das despesas com o CBHPN3, além da importância de ser uma
105 instituição estratégica para mobilização dos municípios que abrangem o comitê
106 e caso não haja possibilidade, analisarão outra proposta. Guilherme informou
107 que participou da reunião do FMCBH e que nessa reunião a Marília, diretora do
108 IGAM, apresentou um balanço dos recursos hídricos e que a plenária do Fórum
109 sugeriu que essa apresentação fosse realizada separadamente aos comitês. A
110 diretora falou sobre vários assuntos, entre eles, convênios que o IGAM tinha
111 assinado para o funcionamento dos comitês. O avanço na questão do
112 enquadramento dos rios que é um recurso de gestão que visa garantir que a
113 qualidade da água seja compatível com a sua demanda; a importância da
114 cobrança pelo uso da água e que os comitês tinham que avançar nesse
115 assunto; informou que a maior parte do passivo das outorgas se encontra na
116 região do Triângulo Mineiro, que são as outorgas não vinculadas ao
117 licenciamento e que para tratar desse passivo o IGAM está conversando com o
118 ministério público sobre uma contratação temporária de funcionários para
119 examinar esse passivo. Marília também falou sobre a deficiência administrativa
120 dos comitês quanto aos envios de Atas e Listas de Presenças ao IGAM e
121 solicitou que os comitês providenciem essas documentações faltosas para que
122 na avaliação anual, os comitês tenham pontuação positiva e satisfatória. Disse
123 que o FHIDRO nos últimos quatro anos não lançou nenhum edital para
124 projetos, programas ou ações que promovam melhoria dos recursos hídricos e
125 que é uma situação preocupante. Marília ainda informou que 24 comitês serão
126 contemplados com a finalização do edital para estruturação física e operacional
127 e há uma previsão que na próxima reunião do CERH – Conselho Estadual de
128 Recursos Hídricos aconteça a assinatura contratual do termo de cooperação
129 ainda no ano de 2018 com as empresas que ganharam a disputa. Guilherme
130 falou também que na reunião foram abordados os assuntos sobre os recursos
131 das dotações orçamentárias que estão bloqueados e salientou que o IGAM fará
132 uma apresentação mais detalhada sobre esse assunto. Guilherme informou que
133 o Fórum Mineiro orienta aos comitês que não estão recebendo o repasse de
134 recursos advindos da cobrança do uso da água que faça uma TAC – Termo de
135 Ajuda e Conduta - com o governo pleiteando o repasse. Guilherme informou
136 que o CBHPN3 faz parte do lote 2 do edital para estruturação operacional dos
137 comitês e que o comitê terá além do suporte administrativo do auxiliar
138 administrativo da MGS Serviços, o suporte na comunicação, divulgação e
139 capacitação dos membros do comitê. Giacomini perguntou se na reunião o
140 IGAM apresentou cópia do contrato e Guilherme respondeu que não. Giacomini
141 disse que o Fórum Mineiro solicita a cópia do contrato para conhecimento dos
142 itens a serem obedecidos, mas Guilherme disse que apenas foi apresentado o
143 edital à plenária com todos os produtos que as empresas deverão fornecer aos
144 comitês. Gustavo disse que no final do edital no anexo IX está a minuta do
145 Termo de Colaboração com as cláusulas referendando o “objeto”, “finalidade” e
146 “obrigações e responsabilidades” da empresa habilitada. O administrativo
147 informou que reencaminhará aos conselheiros o edital por e-mail. Giacomini
148 disse que assim que o contrato for assinado, a diretoria do CBHPN3 convidará
149 a empresa Nova Cambuquira do Sul de Minas para participar de uma plenária
150 com o objetivo de alinharem as demandas existentes quanto ao que o edital

151 propõe. Guilherme disse que esse assunto também foi abordado na reunião e
152 que uma das Organizações da Sociedade Civil – OSC - habilitadas respondeu
153 positivamente à proposta de conversação com os comitês referente às
154 demandas de cada um. Guilherme ainda informou que o coordenador do
155 Fórum Mineiro avaliou positivamente a contratação das empresas, pois as
156 reuniões do Fórum serão mais produtivas com os assuntos das bacias,
157 deixando a parte administrativa dos comitês para quem a compete. E
158 Guilherme encerrou os informes da reunião do Fórum Mineiro dizendo que foi
159 solicitado pelos participantes, que os comitês entrem em contato com os
160 parlamentares estaduais e federais eleitos para participarem da primeira
161 reunião do Fórum Mineiro em 2019 com o objetivo de receberem as demandas
162 dos comitês de bacias hidrográficas. Para que esse trabalho seja efetivado com
163 sucesso, foi orientado que não somente a diretoria dos comitês deva fazer esse
164 contato com os parlamentares, mas todos os conselheiros e posteriormente
165 repassar o contato à secretaria do Fórum até 20 de janeiro para que se faça o
166 convite. Sandro perguntou se havia o calendário de reuniões do Fórum para
167 2019 e Guilherme disse que não, porém, provavelmente, a primeira reunião
168 será em fevereiro. Sandro disse que o comitê deveria indicar mais conselheiros
169 para participar dessas reuniões do Fórum, pois ele tem interesse em participar
170 e Gustavo disse que esse assunto vai ser discutido quando o comitê receber a
171 convocação. Gustavo agradeceu o relato do Guilherme. Gustavo disse que já
172 existe uma proposta de uma reunião conjunta das diretorias dos comitês com a
173 OSC onde será discutido o plano de trabalho mesmo que esse já esteja
174 formatado, pois o conselho dos comitês tem total liberdade para aprovar ou não
175 o plano. Gustavo ponderou que as expectativas quanto aos assuntos
176 abordados até esse momento são válidas, porém não se sabe ainda quais
177 serão as medidas do novo governo eleito e que supostamente o governo
178 continuará com a atual governança estadual da secretaria do meio ambiente, o
179 que facilitaria a continuação do trabalho. Gustavo disse que se chegar algum
180 plano de trabalho no início do ano, a CTIL – Câmara Técnica Institucional Legal
181 – do CBHPN3 será convocada para a eleição do coordenador e assim começar
182 os trabalhos e posteriormente encaminhar ao conselho as decisões tomadas.
183 Guilherme disse que na reunião do Fórum Mineiro foi apresentada uma moção
184 referente à continuidade dos gestores da Secretaria Estadual do Meio
185 Ambiente e do IGAM. Gustavo perguntou quem apresentou a moção e
186 Giacomini disse que foi o próprio colegiado. Elaine leu o segundo item da pauta
187 e informou que as atas 50^a, 51^a e 53^a foram encaminhadas previamente a
188 todos os conselheiros por e-mail. Gustavo perguntou se haveria necessidade
189 da leitura das atas e os conselheiros disseram que não, porém Thiago da
190 FIEMG pediu para inserir na 51^a após os nomes de Marco Túlio M. Prata e
191 Thiago A. Nascimento as instituições que representam, no caso, Prefeitura
192 Municipal do Prata e FIEMG, respectivamente. Gustavo perguntou se após as
193 ponderações do Thiago, os conselheiros aprovariam as atas e a conselheira
194 Maria Clara se absteve da aprovação da ata da 53^a reunião, pois estava
195 ausente. Deyvid Wavel se absteve por não ter participado de nenhuma das
196 reuniões relacionadas às atas em aprovação e a conselheira Vilma também se
197 absteve pelo mesmo motivo. Elaine convidou Deyvid para a apresentação dos
198 Instrumentos Econômicos de Gestão do Sistema Estadual de Recursos
199 Hídricos, o qual cumprimentou a todos, se apresentou e iniciou a apresentação
200 com **slides** mostrando um panorama geral da cobrança dos recursos hídricos

201 no Estado de Minas Gerais. Deyvid disse que a cobrança é baseada em dois
202 princípios, o primeiro é “usuário pagador” e o segundo é “o poluidor pagador”.
203 Explicou detalhadamente os dois princípios. Depois falou sobre a metodologia
204 da cobrança e salientou que devido a gestão ser descentralizada, a cobrança
205 não é um imposto e nem uma taxa e sim um preço público que significa um
206 instrumento passível de consenso para ter legitimidade social. Disse ainda que
207 a cobrança não é um instrumento arrecadatório e sim de gestão. Explicou cada
208 um dos três objetivos da cobrança, sendo o 1º) Reconhecer a água como um
209 bem ecológico, econômico e social; 2º) Estimular o uso racional da água e o 3º)
210 Arrecadação de recurso para investimentos nas bacias, e explicou cada um
211 deles. Depois explicou sobre as fórmulas de cálculo da cobrança; comparou a
212 cobrança existente no Estado de Minas com algumas regiões mundiais;
213 mostrou os valores arrecadados em 2017 pelas agências de cobranças ou
214 empresas equiparadas e para onde os recursos arrecadados com a cobrança
215 são destinados, sendo 7,5% para a agência de bacia ou entidade a ela
216 equiparada para que custeie a administração dos CBH's e profissionais em prol
217 da bacia e 92,5% para estudos, programas, projetos e obras e finalizou a
218 apresentação, mostrando as regiões que já possuem a cobrança e falou dos
219 pré-requisitos para a implantação da cobrança. Durante a apresentação, alguns
220 conselheiros argumentaram sobre a distribuição do valor dos recursos
221 arrecadados. Sandro pediu para que a apresentação fosse disponibilizada para
222 os conselheiros. Gustavo disse que a secretaria enviará a apresentação por e-
223 mail a todos e passou a palavra aos inscritos. Thiago parabenizou a diretoria
224 do comitê por ter intermediado a apresentação e salientou que o comitê já
225 discute cobrança pelo uso da água faz tempo e que um dos instrumentos para
226 gestão dos recursos hídricos é a cobrança, porque é um instrumento que
227 também dá sustentabilidade financeira aos comitês. Disse ainda que já
228 participou do comitê de Araguari, onde teve uma experiência muito importante
229 quanto ao entendimento da cobrança, visto que a realidade comparada ao
230 instrumento em si, tem divergências em alguns aspectos. Disse também que se
231 instaurada a cobrança, o conselho deve trabalhar com a perspectiva de trazer
232 benefícios para a bacia e acompanhar a destinação do recurso arrecadado
233 pela cobrança, pois percebe que o recurso fica inatingível devido à legislação
234 ser cheia de amarras, tanto que o Ministério Público tem que intervir para que o
235 recurso seja usado. Thiago ainda questionou sobre o retorno dessa
236 arrecadação, pois o usuário dos recursos hídricos que é o grande pagador não
237 tem retorno efetivo. Informou que o Gustavo e Giacomini já tentaram em outra
238 gestão levar o recurso para a SUPRAM – Superintendência Regional do Meio
239 Ambiente para que essa usasse o recurso com estagiários, os quais
240 colaborariam na questão das outorgas. Salientou que o usuário tem interesse
241 em pagar desde que tenha um retorno satisfatório e que essa informação vem
242 do setor que ele representa, ou seja, as indústrias. Disse que o FHIDRO -
243 Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias
244 Hidrográficas do Estado de Minas Gerais não deixa o setor privado nem as
245 organizações não governamentais terem acesso a esses recursos. Thiago
246 disse que os usuários são cobrados em fazer reuso da água, mas não recebem
247 nenhum incentivo para esse feito. Ponderou que 90% do recurso arrecadado
248 fica na própria gestão da agência arrecadadora e que é questionável o motivo,
249 portanto, de haver necessidade em pedir apoio financeiro para a Universidade
250 Federal e até participar de licitações para executar projetos que poderiam ser



251 custeados com esses recursos, inclusive o Plano de Saneamento Básico em
252 vários municípios da bacia do Araguari, mas o recurso da cobrança não é
253 repassado. Argumentou que não é apenas haver a cobrança, mas observar os
254 indicadores, as demandas e os benefícios que o segmento dos Usuários de
255 Recursos Hídricos possui. Sandro falou que para iniciar essa discussão sobre
256 cobrança tem haver um parâmetro da geração de energia e a preservação
257 ambiental, bem como preservação e conservação das nascentes. Explicou que
258 tanto as indústrias quanto o produtor rural tem que ter retorno, porém o
259 produtor rural deveria ter um retorno maior dos 92,5% para custeio, projetos e
260 obras devido à carência em diversas áreas que o compete. Marisa falou que
261 todo o mecanismo elencado é válido e concorda com as falas do Sandro e do
262 Thiago, pois havendo a cobrança o incentivo e a execução dos projetos
263 existentes para a bacia, devem ser realizados e o produtor tem que ter um
264 incentivo para investir em ações que ajudem a preservar a água. Giacomini
265 disse que o último dado que obteve do Araguari na participação dos diferentes
266 segmentos dos usuários na cobrança é que o grande pagador em Uberlândia é
267 o DMAE – Departamento Municipal de Água e Esgoto perfazendo 49% do
268 montante e aumenta com o saneamento para 57%. O rural que tem muita
269 irrigação é 18%. A indústria fica com 18% e a iluminação com 7%. Giacomini
270 salienta que o produtor rural usa 72% da água em termos de captação e que,
271 portanto, é um setor bastante privilegiado. Giacomini disse que considerando a
272 cobrança como instrumento de gestão, deve-se focar na racionalização da
273 água e que o produtor deve ser recompensado por essa tarefa, assim como por
274 estar regularizado quanto ao credenciamento e preservar as nascentes. Essa
275 recompensa chegaria ao produtor em forma de um menor valor da cobrança,
276 pois o recurso arrecadado passa por muitos trâmites até que chegue para o
277 incentivo de preservação, porém, um valor menor a ser pago deveria equiparar
278 à execução da APP - Áreas de preservação permanente, previamente
279 realizada pelo produtor. Leila disse que como representante da Sociedade
280 Civil, se preocupa com os pequenos produtores que não têm outorgas e com
281 os assentados da Reforma Agrária, pois já há conflitos em áreas de
282 assentamento que pertencem à bacia do Paranaíba. Ressaltou que fez um
283 questionamento ao IGAM sobre o assunto, porém não obteve resposta. Falou
284 ainda que esses conflitos precisam ser resolvidos, pois podem interferir na
285 produção deles, que produzem para alimentação escolar, inclusive. Sugere que
286 o comitê discuta esse assunto e faça um plano de comunicação para chegar
287 até os responsáveis e obterem uma solução para esse problema e questiona
288 como o IGAM fará para resolver esses assuntos referentes ao uso múltiplo de
289 água da bacia. Fernando disse que se baseando nas informações relatadas,
290 deveria haver um incentivo para que o grande produtor, o pequeno produtor, o
291 produtor familiar, entre outros, não seja o pagador efetivo do uso da água e sim
292 um produtor de água com quantidade e qualidade, e assim, poderia baratear o
293 valor cobrado pelo uso da água. A indústria não produz água, porém quem
294 deve manter a água com qualidade e quantidade é o produtor. Disse que deve
295 acontecer uma avaliação dos produtores em geral como um potencial em
296 aumentar o volume e a qualidade da água e começar a pensar nesse incentivo
297 para que esse produtor. Carlos Humberto disse que há municípios que tem
298 tratamento de água e esgoto com qualidade e outros não têm, e por isso, a
299 cobrança pelo uso de água para os lançadores e os tratadores, deveria ser
300 avaliada quanto a uma diferenciação de tarifa. Carlos Humberto questionou se

301 o Estado tem uma logística que monitore os lançamentos de dejetos pelas
302 indústrias, pois a cobrança deveria ser avaliada por esse quesito também.
303 Deyvid Wavel respondeu os questionamentos e disse que as críticas que ele
304 fez durante a apresentação foram autocríticas e sugere que discussão sobre a
305 cobrança seja colaborativa. Ponderou que onde há a cobrança houve acertos e
306 erros e devido a isso, o Estado avalia que há ajustes para executar no modelo
307 arrecadatório. Afirmou que a cobrança não é um instrumento arrecadatório e
308 sim de gestão e que se esse instrumento é para fomentar a racionalização da
309 água, o Estado analisa onde e como implantar o incentivo, em quais moldes e
310 áreas, modificando assim a metodologia da cobrança. Destacou que quem
311 paga mais é o saneamento. Disse que a discussão é para gerar um resultado
312 mais qualificado quanto à metodologia da cobrança baseando nas
313 metodologias que deram certo, a exemplo do Paranaíba Federal, que tem o
314 incentivo do uso racional, porém pontuando as peculiaridades da região do
315 PN3. Deyvid passou duas ideias, a primeira é a regularização de aplicação
316 direta, que é o usuário aplicar o valor do que é cobrado a ele diretamente na
317 área que atua no uso da água ao invés de ficar esperando que o recurso
318 tramite por várias rubricas e se desgaste com isso, desde que esteja inserido
319 no Plano Plurianual, e a outra é aumentar a porcentagem repassada para a
320 agência. Salientou que o pequeno produtor deve receber um incentivo em
321 contra partida à preservação de nascentes e colaborando com o meio
322 ambiente. Disse que a FIEMG tem um papel importante em discutir com o
323 Estado a regularização da aplicação direta. Falou que a Secretaria Executiva e
324 o comitê devem orientar o pequeno usuário quanto à regularização do Uso
325 Insignificante da Água e sobre a outorga, inclusive outorga coletiva nas áreas
326 de conflito. Falou sobre o lançamento de dejetos e informou que os usuários
327 podem acessar o sistema e declararem a vazão captada ou lançada, pois a
328 cobrança é feita com base na outorga e na declaração. Giacomini informou que
329 essa cobrança pela declaração é sujeita a uma fiscalização. Também sugeriu
330 que buscassem informações quanto à legislação permitir ou não formação de
331 associação de usuários da água com o objetivo de fazer a gestão dos recursos
332 captados pelos usuários. Gustavo disse que a diretoria do CBHPN3 propõe que
333 em fevereiro de 2019 seja criado o Grupo de Trabalho para discutirem o
334 assunto cobrança com profundidade e com o tempo que for necessário para
335 que a plenária decida pela implantação ou não da cobrança e caso seja
336 implantada, discutir sobre a agência que realizará a cobrança. Gustavo falou
337 que a proposta do calendário de reuniões anuais do CBHPN3 estava com uma
338 data que coincidia com uma das reuniões da CTI – Câmara Técnica de
339 Integração do CBH Paranaíba e perguntou à plenária se poderiam mudar a do
340 dia 05 de fevereiro para o dia 06 devido a dois membros da diretoria do
341 CBHPN3 comporem a CTI. A plenária aprovou por unanimidade. Gustavo citou
342 os dois assuntos restantes da pauta, porém não tinham necessidade de
343 aprovação pela plenária e a título de informação aos conselheiros, comunicou
344 que até dia 01 de fevereiro de 2019 o CBHPN3 deverá apresentar ao IGAM o
345 Relatório anual de atividades de agosto a 31 de dezembro de 2018, conforme
346 Deliberação Normativa nº 41/2012 do CERH, pois é através desse Relatório
347 Anual que o comitê é avaliado. E após o Relatório será enviado aos
348 conselheiros. Gustavo disse que o último item da pauta sobre discussão de
349 Plano de Ações Estratégicas seria prejudicado devido a alguns membros terem
350 se retirado da plenária e, portanto, fez um encaminhamento de enviar um e-

